



**CÂMARA DE ATIVIDADES MINERÁRIAS**  
**Ata da 10ª reunião, realizada em 25 de agosto de 2017**

1 Em 25 de agosto de 2017, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Atividades  
2 Minerárias (CMI), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
3 Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os  
4 seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Renato Teixeira  
5 Brandão, representante da SEMAD. Representantes do poder público: Ricardo  
6 Machado Ruiz, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico,  
7 Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Letícia Capistrano Campos,  
8 da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Verônica Ildfonso Cunha  
9 Coutinho, da Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais  
10 (Seccri); Paulo Eugênio de Oliveira, da Companhia de Desenvolvimento  
11 Econômico de Minas Gerais (Codemig); Polyana Faria Pereira, do Instituto  
12 Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Ana  
13 Lúcia Guará Bezerra, do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).  
14 Representantes da sociedade civil: Paula Meireles Aguiar, do Instituto Brasileiro  
15 de Mineração (Ibram); Júlio César Nery Ferreira, do Sindicato da Indústria  
16 Mineral do Estado de Minas Gerais (Sindiextra); Haenderson Sena, da  
17 Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas  
18 Gerais (Federaminas); Maria Teresa Viana de Freitas Corujo, do Fórum  
19 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc);  
20 Adriana Alves Pereira Wilken, do Centro Federal de Educação Tecnológica de  
21 Minas Gerais (Cefet-MG); Newton Reis de Oliveira Luz, do Conselho Regional  
22 de Engenharia e Agronomia (Crea). **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO**  
23 **HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
24 **ABERTURA.** O presidente Renato Teixeira Brandão declarou aberta a 10ª  
25 reunião da Câmara de Atividades Minerárias. **3) COMUNICADOS DOS**  
26 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Newton Reis de Oliveira  
27 Luz: “Por orientação e determinação do Conselho Federal de Engenharia, a  
28 Câmara de Geologia e Engenharia de Minas do Crea-MG reunirá aqui todas as  
29 Câmaras nacionais no evento nos dias 18 e 19 de setembro, quando nós  
30 pretendemos discutir assuntos relativos às políticas públicas e também às  
31 atividades inerentes à Câmara de Geologia e Engenharia de Minas. Então fica  
32 registrado o convite.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu  
33 acredito que todos receberam o convite para uma audiência pública, promovida

34 pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal, que será realizada na região de  
35 Conceição do Mato Dentro, que tem a ver com as comunidades que estão  
36 abaixo da barragem de rejeito da Anglo American. Então eu estou reforçando  
37 esse convite para quem quiser comparecer a essa audiência pública, no dia 29,  
38 às 18h.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Me ligaram, realmente,  
39 perguntando se eu havia recebido (o convite). Eu não recebi, e teve algum  
40 conselheiro da CMI que não recebeu. No mailing, não estão todos os  
41 conselheiros. Seria só uma sugestão para reencaminhar à secretaria executiva,  
42 para mandar para todo mundo. Eu tomei conhecimento, mas não recebemos,  
43 diretamente, e acho que o mailing é antigo.” Conselheira Maria Teresa Viana de  
44 Freitas Corujo: “Não fomos nós que enviamos. Então eu vou sugerir ao  
45 Ministério Público, Estadual e Federal, que encaminhe à SEMAD, através da  
46 Assessoria de Apoio aos Colegiados, o pedido para encaminhar, se possível,  
47 ainda hoje, esse convite.” Vanessa, representante dos servidores do Sisema:  
48 “Eu estou aqui falando pelos nossos colegas servidores, para tentar comunicar  
49 a vocês o que vem acontecendo. Eu tenho aqui o ofício do nosso sindicato. Nós  
50 sabemos que há algum tempo o nosso serviço vem sendo sucateado. Nós,  
51 como servidores, perdemos alguns direitos, não tivemos direito a correção de  
52 inflação, temos tido o respaldo agora de não ter o salário integralmente. E  
53 ontem viemos trabalhar e chegamos ao cúmulo de não ter o nosso salário em  
54 conta. É uma situação que ainda estamos chamando de atraso, mas atraso é  
55 quando há uma previsão, quando há alguma justificativa plausível. O que não  
56 há. O que temos hoje é uma situação de total insegurança. Nós viemos para cá,  
57 nos comprometemos com a comunidade, com o nosso serviço, que é proteção  
58 ao meio ambiente, e estamos sofrendo total descaso. Nós todos aqui  
59 precisamos do nosso salário, que é de natureza alimentar, ninguém vem  
60 trabalhar de graça. Por mais que nos dediquemos, por mais que estejamos  
61 respaldados pelo nosso sindicato no sentido de mobilizar a comunidade e as  
62 pessoas para que façam parte dessa luta conosco. Porque é muito difícil,  
63 nessas condições, continuar mantendo o nosso trabalho. No Ofício 24/2017, o  
64 sindicato se pronunciou no sentido de que estamos mobilizados, paralisados,  
65 por não termos salário. Nós gostaríamos de contar com o entendimento de  
66 vocês, mas é o nosso posicionamento enquanto equipe, enquanto grupo,  
67 porque, infelizmente, não queremos ser os próximos, como no Rio de Janeiro.  
68 Nós queremos o mínimo de respeito enquanto servidor.” **4) EXAME DAS ATAS**  
69 **DA 8ª e 9ª REUNIÕES**. Aprovadas por unanimidade as atas da 8ª e 9ª reuniões  
70 da Câmara de Atividades Minerárias, realizadas em 28 de julho e em 11 de  
71 agosto de 2017, respectivamente, com as seguintes retificações: – Retificar a  
72 grafia da sigla ‘Fonasc’ nas linhas 213 e 429 da ata da 8ª reunião; – Na linha  
73 242 da 9ª reunião, onde está escrito ‘2007’, lê-se ‘2017’. **5) PROCESSO**  
74 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA**  
75 **PESQUISA MINERAL. 5.1) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração**  
76 **S/A. Pesquisa mineral com supressão de vegetação secundária nativa**

77 **pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágios Médio e Avançado de**  
78 **regeneração, quando não envolver o emprego de Guia de Utilização**  
79 **expedida pelo DNPM. Santa Bárbara/MG. PA 00111/1988/029/2013, DNPM**  
80 **930.181/2008. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Processo  
81 retirado de pauta com pedido de vista da conselheira Maria Teresa Viana de  
82 Freitas Corujo e vista conjunta solicitada pelos conselheiros Paula Meireles  
83 Aguiar e Júlio César Nery Ferreira. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
84 Corujo: “Como sempre nós justificamos, o Fonasc pede vista para ter acesso,  
85 na íntegra, ao processo, tomar conhecimento das informações, para que se  
86 complemente o que está no Parecer Único, fazer contato com as organizações,  
87 pessoas e quem estiver nos territórios, para, então, fazer um parecer de vista e  
88 apresentar na próxima reunião.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Apesar de  
89 eu me sentir tranquila para votar hoje este processo, uma vez que foi solicitada  
90 vista e vai ser dado esse prazo adicional, nós queremos aproveitar também o  
91 prazo adicional para nos inteirar melhor do processo.” Conselheiro Júlio César  
92 Nery Ferreira: “Pelas mesmas razões do Ibram.” **6) PROCESSO**  
93 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA. 6.1) Granuso Ltda.**  
94 **Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil.**  
95 **Piranguinho e Santa Rita do Sapucaí/MG. PA 12406/2006/001/2017, DNPM**  
96 **832.855/2011, 832.968/2002, 833.043/2003 e 831.640/1997. Classe 5.**  
97 **Apresentação: Supram Sul de Minas.** Processo retirado de pauta com pedido  
98 de vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista conjunta  
99 solicitada pela conselheira Paula Meireles Aguiar. Conselheira Maria Teresa  
100 Viana de Freitas Corujo: “Pedindo vista pelas mesmas razões. Eu quero  
101 aproveitar e fazer um requerimento. Como tem esses pedidos de vista, e é de  
102 direito de todos poder consultar, caso queiram, eu gostaria de solicitar que  
103 neste prédio tenha um espaço para que esses processos fiquem, e venhamos  
104 aqui fazer a consulta. Se tiver esse espaço, para qualquer outro conselheiro que  
105 quiser fazer acesso, não teremos que ficar trazendo e levando (o processo  
106 físico).” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Mesmo motivo do processo  
107 anterior. Eu me sentiria tranquila para votar, mas haja vista o pedido de vista, eu  
108 vou aproveitar.” O presidente Renato Teixeira Brandão informou que irá levar,  
109 ao secretário adjunto da SEMAD, a solicitação do Fonasc para avaliar a  
110 possibilidade de disponibilização de uma estrutura para a consulta dos  
111 processos pelos interessados. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da  
112 CMI, esclareceu que o Regimento Interno do COPAM “é silente em relação à  
113 solicitação da conselheira de disponibilização de um local que faculte a todos o  
114 acesso ao processo”, mas considerou que essa demanda poderá ser avaliada  
115 pela secretaria executiva. Vânia Mara de Souza Sarmiento, assessora dos  
116 Colegiados/SEMAD, informou que esse espaço existe na Cidade Administrativa,  
117 mas que no caso da Supram, onde são realizadas as reuniões da CMI, a  
118 disponibilidade terá que ser verificada. A conselheira Maria Teresa Viana de  
119 Freitas Corujo ressaltou que o ideal seria que todos os processos fossem

120 digitalizados e enviados aos conselheiros no momento em que são pautados, e  
121 reiterou que sua demanda de disponibilização de espaço para consulta refere-  
122 se, especificamente, aos processos físicos. O conselheiro Newton Reis de  
123 Oliveira Luz endossou o pedido da conselheira representante do Fonasc e  
124 sugeriu que fosse avaliada a possibilidade de disponibilização do espaço de  
125 consulta aos processos também para as demais Câmaras Técnicas do COPAM.

126 **7) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA PRÉVIA**  
127 **CONCOMITANTE COM A LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 7.1) Mineração São**  
128 **José Ltda. Estradas para transporte de minério/estéril; lavra a céu aberto**  
129 **com ou sem tratamento, rochas ornamentais e de revestimento; obras de**  
130 **infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas); pilhas de**  
131 **rejeito/estéril e posto de abastecimento. Santa Rita do Itueto/MG. PA**  
132 **06076/2005/003/2012, DNPM 830066/2001. Classe 5. Apresentação: Supram**  
133 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira  
134 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista conjunta solicitada pela  
135 conselheira Paula Meireles Aguiar. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas  
136 Corujo: “Pedindo vista pelas mesmas razões.” A conselheira Maria Teresa Viana  
137 de Freitas Corujo questionou se haveria como informar ao empreendedor a  
138 praxe adotada pelo Fonasc nas reuniões da CMI, e se dispôs a comunicar com  
139 antecedência a intenção da entidade de pedir vista, bem como a  
140 fundamentação. “Na hora de receber a pauta, já informar o interesse do pedido  
141 de vista. Para ficar claro que é uma escolha do Fonasc, para ter coerência na  
142 sua atuação e preparar os pareceres a partir da consulta ao processo.” A  
143 conselheira Paula Meireles Aguiar considerou que seria “um ganho se fosse  
144 informado por e-mail o interesse de pedido de vista, para os empreendedores e  
145 a Supram se prepararem nesse sentido.” O presidente Renato Teixeira Brandão  
146 ressaltou que o pedido de vista é feito, regimentalmente, no momento da  
147 reunião. Quanto à otimização das reuniões, informou que a secretaria executiva  
148 tem avaliado as condições para implementar o uso de tecnologias, como  
149 videoconferência, permitindo a participação das equipes das Suprams nas  
150 sessões da Câmara sem a necessidade de deslocamento de sua região.  
151 “Estamos trabalhando para otimizar essa questão e essa parte da tecnologia, e  
152 temos que trazer essa estrutura muito bem alinhada. Porém, enquanto não tiver,  
153 temos que trazer os técnicos aqui para dar o suporte.” E quanto ao aviso do  
154 pedido de vista teria que ser pedido consulta ao jurídico. A conselheira Paula  
155 Meireles Aguiar reforçou que a comunicação da intenção de se pedir vista,  
156 previamente à reunião, não substitui o pedido formal durante a sessão da  
157 Câmara. Yuri Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da CMI: “Embora  
158 previsível, não é certo que vai haver o pedido de vista pelo Fonasc em todas as  
159 vezes, até mesmo porque não é certo que a conselheira consiga chegar à  
160 reunião todas as vezes. É obrigação da Superintendência e da SEMAD colocar  
161 à disponibilidade dos senhores o corpo técnico e jurídico para prestar auxílio  
162 nos processos. Então não vemos como a SEMAD se furtar a isso, ou seja, os

163 técnicos e o jurídico continuarão vindo às reuniões, porque é nossa obrigação  
164 fazer isso. Em relação ao empreendedor, fica a critério de cada empreendedor  
165 avaliar esse risco, se compensa ou não, pela previsibilidade de haver ou não a  
166 vista.” Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Eu penso que,  
167 quando for possível otimizar o processo, seria, por exemplo, quando tivermos os  
168 processos de licenciamento, na íntegra, disponibilizados, ou quando se fizer  
169 uma pauta e já se encaminhar isso. Não haveria talvez tanta demanda de  
170 pedido de vista, porque, inclusive, teríamos acesso a todas as informações no  
171 ato da convocação, ainda mais se as pautas não fossem imensas. Isso deveria  
172 possibilitar que esse instrumento de pedido de vista seria realmente usado de  
173 outra forma ou muito menos usado. O pedido de vista, no atual contexto de  
174 centralizar em Belo Horizonte decisões que deveriam estar nas URCs, onde  
175 estão as pessoas e organizações que vêm acompanhando esses processos,  
176 centraliza em uma Câmara em que, no nosso caso, tem uma cadeira de ONG.  
177 Então o governo criou uma situação que está trazendo situações práticas como  
178 essa, de deslocamento de equipes que poderiam estar lá nos territórios e do  
179 próprio empreendedor que está em determinada área de Minas, e têm que se  
180 deslocar para Belo Horizonte. Mas, enquanto não tem outra forma,  
181 principalmente de acesso, na íntegra, a todos os processos, desde o momento  
182 em que se tem uma pauta, não tem como não se usar esse direito (do pedido  
183 de vista).” Presidente Renato Teixeira Brandão: “Já foi esclarecido que a  
184 secretaria executiva disponibiliza, a partir da publicação da pauta, a  
185 documentação. Se a conselheira tiver o interesse de receber esses documentos  
186 ou até buscar e consultar, esses documentos estão sob a guarda da secretaria  
187 executiva, que tem total condição de disponibilizar para os conselheiros, a partir  
188 da publicação da pauta.” Vânia Mara de Souza Sarmiento, assessora dos  
189 Colegiados/SEMAD: “O secretário está envidando esforços para que tenha,  
190 realmente, uma tecnologia de ponta, para que todos os nossos técnicos, de  
191 todas as nossas Suprams, possam estar conectados, via videoconferência, com  
192 os senhores, respondendo a tempo e a hora todas as dúvidas. E a partir do  
193 momento da convocação, que é feita com antecedência mínima de dez dias, os  
194 processos ficam à disposição dos conselheiros que tiverem interesse de  
195 elucidar qualquer dúvida antes da realização da reunião. Nós colocamos mais  
196 uma vez a secretaria executiva à disposição de todos os conselheiros para  
197 viabilizar, inclusive, que os processos possam chegar aos conselheiros antes da  
198 reunião.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “Respeitando a prerrogativa  
199 que a conselheira tem, eu acho que poderíamos complementar com essas  
200 reuniões prévias com os empreendedores, que são extremamente úteis, porque  
201 têm o conteúdo dos processos disponibilizados para os conselheiros mais a  
202 explicação que é dada às dúvidas, inclusive, dos próprios questionamentos que  
203 nós, na condição de conselheiros, fazemos aos empreendedores, no sentido de  
204 esclarecer dúvidas, o que, eventualmente, facilita e otimiza o nosso tempo aqui  
205 nessa análise. Então é mais um registro e também incentivar os

206 empreendedores que permaneçam (realizando as reuniões prévias). Aqueles  
207 que acham pertinente e conveniente, que estejam à disposição, na medida da  
208 agenda cada um.” **7.2) Gerdau Açominas S/A. Mina de Várzea do Lopes.**  
209 **Unidade de tratamento de minerais (UTM). Itabirito/MG. PA**  
210 **01776/2004/023/2016, DNPM 932705/2011. Classe 5. Apresentação: Supram**  
211 **Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da  
212 conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista conjunta solicitada  
213 pelos conselheiros Paula Meireles Aguiar e Júlio César Nery Ferreira.  
214 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Pedido de vista pelas  
215 razões já apresentadas no primeiro item de pauta.” Conselheira Paula Meireles  
216 Aguiar: “Pedido de vista pelo mesmo motivo.” Conselheiro Júlio César Nery  
217 Ferreira: “Vista pelas mesmas razões.” **8) PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
218 **PARA EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO. 8.1) New Steel Soluções**  
219 **Sustentáveis S/A. Unidade de tratamento de minerais (UTM), pilhas de**  
220 **rejeito/estéril, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**  
221 **oficinas), estradas para transporte de minério/estéril, postos de**  
222 **abastecimento e subestação de energia elétrica. Ouro Preto/MG. PA**  
223 **08499/2014/002/2016. Classe 5. Apresentação: Supram Central**  
224 **Metropolitana.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira  
225 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista conjunta solicitada pelos  
226 conselheiros Paula Meireles Aguiar e Júlio César Nery Ferreira. Conselheira  
227 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Pedido de vista pelas razões já  
228 apresentadas.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Vista conjunta pelo mesmo  
229 fundamento.” Conselheiro Júlio César Nery Ferreira: “Vista conjunta pelas  
230 mesmas razões.” **9) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE**  
231 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Anglogold Ashanti Córrego do Sítio**  
232 **Mineração S/A. Pilhas de rejeito/estéril. Santa Bárbara/MG. PA**  
233 **00111/1988/034/2015, DNPM 930181/2008. Classe 6. Apresentação: Supram**  
234 **Leste Mineiro.** Processo retirado de pauta com pedido de vista da conselheira  
235 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista conjunta solicitada pelos  
236 conselheiros Paula Meireles Aguiar e Júlio César Nery Ferreira. Conselheira  
237 Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Pedido de vista pelas razões já  
238 apresentadas.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Vista pelas mesmas  
239 razões.” Conselheiro Júlio César Nery Ferreira: “Vista pelas mesmas razões.”  
240 **10) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RENOVAÇÃO DE**  
241 **LICENÇA DE OPERAÇÃO. 10.1) LGA - Mineração e Siderurgia Ltda.**  
242 **Unidade de tratamento de minerais (UTM), estradas para transporte de**  
243 **minério/estéril, obras de infraestrutura (pátios de resíduos e produtos e**  
244 **oficinas). Congonhas/MG. PA 07754/2008/007/2013. Classe 5.**  
245 **Apresentação: Supram Central Metropolitana.** Processo retirado de pauta  
246 com pedido de vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista  
247 conjunta solicitada pelos conselheiros Paula Meireles Aguiar e Júlio César Nery

248 Ferreira. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Pedido de vista  
249 pelas razões já apresentadas.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Vista  
250 conjunta, mesma justificativa.” Conselheiro Júlio César Nery Ferreira: “Vista  
251 conjunta pelas mesmas razões.” **11) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA  
252 EXAME DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES DE LICENÇA DE  
253 OPERAÇÃO. 11.1) Anglo American Minério de Ferro Brasil S/A. Lavra a céu  
254 aberto com tratamento a úmido. Minério de ferro. Conceição do Mato  
255 Dentro, Alvorada de Minas e Dom Joaquim/MG. PA 00472/2007/006/2013,  
256 DNPM 830.359/2004 e 832.979/2002. Condicionantes 6 e 26. Classe 6.  
257 **Apresentação: Supram Jequitinhonha.** Processo retirado de pauta com  
258 pedido de vista da conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo e vista  
259 conjunta solicitada pelos conselheiros Paula Meireles Aguiar e Júlio César Nery  
260 Ferreira. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Pedido de vista  
261 pelas razões já apresentadas.” Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Vista  
262 conjunta pelos mesmos motivos.” Conselheiro Júlio César Nery Ferreira: “Vista  
263 conjunta pelas mesmas razões.” O conselheiro Ricardo Machado Ruiz registrou  
264 solicitação para que a SEMAD avalie a possibilidade de realização de uma  
265 reunião extraordinária. “Caso contrário, a próxima reunião ordinária ficará  
266 extremamente extensa, e nós não conseguiremos dar conta de toda a pauta em  
267 uma reunião somente”. Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo:  
268 “Seria importante se isso (reunião extraordinária) for acontecer, para não  
269 inviabilizar de novo o objetivo do pedido de vista, que foi de analisar os  
270 processos, que não sejam colocados todos eles na pauta, porque senão estará  
271 de novo inviabilizando a vista no sentido de olhar os processos na íntegra. E o  
272 Fonasc, na reunião de 11 de agosto, teve que manifestar que, pela surpresa do  
273 agendamento da reunião extraordinária, não foi possível. Entendendo a  
274 solicitação do conselheiro Ricardo, o Fonasc acharia interessante se houvesse  
275 a possibilidade de, por exemplo, metade dos assuntos com pedido vista hoje, e  
276 que se tomasse conhecimento quem solicitou vista e quais serão os processos.  
277 E que nós, nesse período, que vai ser muito mais curto do que o período de  
278 uma reunião ordinária, em que criamos o nosso próprio ritmo de fazer a  
279 priorização de como trabalhar a consulta aos processos, na íntegra, e a  
280 preparação do parecer, possamos fazer esse planejamento. Se o Estado acatar  
281 a demanda feita, significa, provavelmente, que o Fonasc não poderá apresentar  
282 e ter o seu direito de fazer vista completa a todos eles. Ou que chega a uma  
283 reunião extraordinária com alguns prontos e alguns que foram inviabilizados  
284 novamente.” Conselheiro Ricardo Machado Ruiz: “Eu imagino que essa reunião  
285 com essa pauta já seria longa, e uma subsequente, com, potencialmente, o  
286 dobro de itens, será muito extensa. Então eu estou pedindo, para apreciação, se  
287 possível colocar em votação por este COPAM, agora, a possibilidade de pedir  
288 essa extraordinária.” O presidente Renato Teixeira Brandão informou que é  
289 prerrogativa da Presidência fazer a convocação de reunião extraordinária. Yuri  
290 Rafael de Oliveira Trovão, da assessoria da CMI, prestou esclarecimentos com**

291 base no Regimento Interno do COPAM. “Art. 19 - As estruturas colegiadas do  
292 Copam reunir-se-ão: I - ordinariamente, de acordo com o calendário  
293 previamente estabelecido; II - extraordinariamente, por iniciativa de seu  
294 Presidente, da Secretaria Executiva do COPAM ou da maioria absoluta de seus  
295 membros.’ Igual o conselheiro está pedindo para colocar em votação. Mesmo  
296 não havendo maioria absoluta, configurando uma motivação do Conselho para  
297 que haja uma reunião extraordinária, em relação à divisão dos pareceres,  
298 metade dos processos voltar de vista, e a outra não, eu entendo que isso não é  
299 possível, porque o Regimento informa que, retirados por pedido de vista – não  
300 faz diferenciação entre reuniões ordinárias e extraordinárias –, deverão voltar,  
301 obrigatoriamente, na próxima reunião. Então todos os processos que são objeto  
302 de vista agora, havendo extraordinária, deverão voltar, obrigatoriamente, na  
303 próxima reunião, dando-se o prazo regimental em relação à entrega dos  
304 pareceres. Eu sugiro à Presidência acatar a solicitação do conselheiro Ricardo,  
305 não para ter, talvez, essa maioria, mas para ter uma motivação ao presidente  
306 para solicitar, por motivação do próprio Conselho, uma reunião extraordinária.”  
307 Conselheira Paula Meireles Aguiar: “Eu entendo a solicitação do conselheiro,  
308 mas acho que seria interessante que a própria SEMAD avaliasse isso e  
309 tomasse essa decisão. Como eu fui uma das solicitantes de vista, apesar do  
310 pouco tempo, eu me sinto apta para retornar a vista, eventualmente, em uma  
311 reunião extraordinária.” Conselheiro Paulo Eugênio de Oliveira: “Dentro de uma  
312 situação normal, eu gostaria de sugerir, se fosse possível, que as Suprams que  
313 estão com os processos engatilhados pudessem avaliar a possibilidade de  
314 enviar esses processos com um pouco mais de antecedência, avisando que vão  
315 entrar em pauta. Porque aí o Fonasc vai ter mais tempo até para evitar os  
316 pedidos de vista. E as Suprams eu acho que teriam a ganhar com isso, porque  
317 tentariam fechar os processos com mais antecedência, o que aumenta a chance  
318 de não ter o pedido de vista.” Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz: “É  
319 importante que seja observado também o quão estratégico é a liberação dessa  
320 ou daquela licença. Qual critério nós usaríamos? Por exemplo, em 11 processos  
321 em que foi pedido vista conjunta aqui, pelo Sindiextra, Ibram e Fonasc, quais  
322 serão? Por que esse e não aquele? Qual critério seria colocado? Que sejam  
323 vistos os aspectos não só ambientais, mas também sociais e econômicos.”  
324 Conselheira Alves Pereira Wilken: “Eu entendo a frustração dos  
325 empreendedores com relação a essa espera, mas eu já pedi vista uma vez e vi  
326 o trabalho que dá. Se quiser fazer um relato de vista bem-feito, dá trabalho, leva  
327 tempo. Trazer toda essa pauta para uma reunião extraordinária vai inviabilizar o  
328 relato de vista da conselheira Maria Teresa. Eu entendo a frustração dos  
329 empreendedores, mas nós estamos avaliando aqui a questão ambiental, a  
330 viabilidade ambiental, então precisamos de tempo para avaliar. Se for uma  
331 reunião extraordinária, por que não uma pauta nova? Se trouxer essa mesma  
332 pauta em uma reunião extraordinária, vai inviabilizar os relatos de vista da  
333 conselheira, que, no meu entendimento, trazem, muitas vezes ou na maioria



334 das vezes, relatos importantes e que nós discutimos aqui.” Presidente Renato  
335 Teixeira Brandão: “Em todas as marcações das reuniões, nós temos nos  
336 pautado no Regimento. Tanto as reuniões ordinárias quanto as extraordinárias  
337 têm prazos definidos no Regimento, que estão sendo cumpridos. Essa é a  
338 garantia do processo, para todos os conselheiros, de como funciona o processo  
339 no Regimento, para se pautarem e trazerem suas percepções aqui. Nós temos  
340 tentando, no caso das outras reuniões, antecipar a documentação encaminhada  
341 aos conselheiros. Essa é a pauta, temos cumprido o Regimento e vamos  
342 continuar cumprindo em relação à marcação das reuniões e disponibilização  
343 dos documentos, tentando a disponibilização o quanto antes. É nesse sentido  
344 que vamos nos pautar na Presidência na marcação das reuniões.” Conselheiro  
345 Ricardo Machado Ruiz: “Nós temos que ser eficientes na avaliação e na  
346 emissão de uma opinião, o que é função deste Conselho. Eu deixo então para  
347 que nós tenhamos, em algum momento, da Supram e da própria SEMAD, uma  
348 avaliação de como será a próxima ordinária. De duas uma: ou agenda uma  
349 reunião longa, ou, se não for possível, o que vai depender da disponibilidade  
350 dos membros do COPAM de estarem em uma reunião que durará quase que,  
351 certamente, das 9h às 17h, chama uma extraordinária. Então eu estou  
352 propondo uma extraordinária condicionada à carga de decisões para a próxima  
353 ordinária.” Presidente Renato Teixeira Brandão: “O pedido está registrado e  
354 será avaliado, como é avaliada, a todo momento, a entrada de processos, e que  
355 consigamos, nas reuniões, fazer com que passemos pela pauta toda.”  
356 Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo: “Nós estamos requerendo  
357 que se mantenha a reunião ordinária com os demais itens de pauta. Eu  
358 proponho que, quando for feita a apresentação do parecer de vista, já que é  
359 disponibilizado, possamos otimizar o tempo da reunião trazendo só a conclusão  
360 do parecer de vista, esse parece seja anexado à folha de decisão da reunião, e  
361 partirmos direto para os esclarecimentos da equipe técnica e a discussão.”  
362 Presidente Renato Teixeira Brandão: “Eu quero registrar que nós cumprimos o  
363 Regimento, que todos os conselheiros têm ciência do Regimento. Foi  
364 apresentada, no início dessas Câmaras, e disponibilizada para os conselheiros,  
365 a informação do Regimento, uma explicação do Regimento, das regras. E passa  
366 a ser decisão de cada conselheiro pedir vista ou não, fazer os pedidos  
367 regimentais, entendendo as consequências desses pedidos e do tempo que  
368 cada um tem disponível para trabalhar nesses processos que vão ser trazidos.  
369 E no Regimento tem todo o contexto das reuniões ordinárias e extraordinárias.  
370 Isso nós temos cumprido, e quero registrar que temos tentado seguir à risca  
371 todo o Regimento e toda a orientação colocada pela assessoria. E nós vamos  
372 continuar seguindo isso para qualquer encaminhamento relacionado aos  
373 conselheiros e relacionado às decisões que a Presidência e o secretário  
374 precisam tomar com relação ao bom andamento desta Câmara.” **12)**  
375 **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o

376 presidente Renato Teixeira Brandão agradeceu a presença de todos e declarou  
377 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

378

379

380

381

382

383

---

**APROVAÇÃO DA ATA**

---

**Renato Teixeira Brandão**  
**Presidente da Câmara de Atividades Minerárias**